

SENTA QUE LÁ VEM A HISTÓRIA: A HISTÓRIA COMO PROPAGADORA DO NACIONALISMO NA EDUCAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945) EM PELOTAS /RS

Vanessa dos Santos Lemos¹

Resumo: A política educacional do Estado Novo atribuía à História a função de inculcar e propagar o nacionalismo extremado entre os membros da comunidade escolar. Neste estudo objetivou-se compreender se este projeto foi desenvolvido nos estabelecimentos de ensino em Pelotas/RS e através de quais mecanismos. Utilizamos depoimentos de ex-alunos, livros didáticos e paradidáticos, periódicos, legislação e documentos oficiais. Percebemos que os mitos transformados em História justificavam o nacionalismo e subsidiavam o patriotismo, o qual perpassava as demais disciplinas da grade curricular pelotense no Estado Novo. A política educacional inculcava valores que seriam patrióticos, mas neste processo, ela buscava adestrar a população à subordinação acrítica ao Estado ditatorial.

Palavras-chaves: Estado Novo, ensino de história, nacionalismo

Na Era Vargas (1930-1945) – e principalmente no Estado Novo (1937-1945) – procurou-se construir uma identidade para o brasileiro. Este projeto estava calcado nos ideais de povo trabalhador e patriota e no recrudescimento das medidas de homogeneização cultural da população residente no Brasil. Na região sul do país, a “Campanha de Nacionalização” foi mais intensa devido à forte presença de imigrantes os quais, por diversas razões, preservavam a cultura de sua terra natal (ídioma e religião, principalmente). O Rio Grande do Sul agregava outros fatores, relacionados à sua formação sócio-histórica, que lhe conferiam status peculiar no projeto nacionalizante de Vargas. Na região sul do estado, o município de Pelotas configurava cenário peculiar por ter mais evidentes – e paradigmáticos – embates econômicos nas fronteiras étnicas.

A nacionalização foi um projeto complexo, desenvolvido por meio de diversas estruturas de governo, onde estavam articulados o Ministério da Educação e Saúde Pública, o Departamento de Imprensa e Propaganda e as forças militares. A escola passou a ser um importante meio propagador da ideologia do regime e do nacionalismo exacerbado entre a população. O ensino de História subsidiava a educação cívica.

Conforme Hobsbawm, a propagação da História, por meio de uma língua unificada, contribuiria para a formação da identidade nacional. Para o historiador inglês, em dados momentos, os jovens estudam alguma história na escola “não para compreenderem sua sociedade e como ela muda, mas para

¹Núcleo de Pesquisa em História Regional – ICH/UFPel. Mestre em História (UFPel). Professora da rede municipal de ensino de Pelotas/RS. E-mail: nessa.historia@yahoo.com.br

aprová-la, orgulhar-se dela, serem ou tornarem-se bons cidadãos” (HOBSBAWM, 2010, p. 47). No Brasil, particularmente durante o Estado Novo, buscava-se, através do ensino de história, que a população brasileira aprovasse o país.

José Bacchieri Duarte, ex-aluno do Ginásio Pelotense nos anos 1940, relatou suas memórias das comemorações da Semana da Pátria, destacando o orgulho e a veemência de participar do evento. Segundo Duarte, toda a cidade participava dessas “manifestações de civismo [que] ainda empolgavam velhos e moços”. Ressaltou que “cada um procurava cantar o Hino Nacional do modo mais perfeito possível. E todos sentíamos orgulho disso” (DUARTE, 2002, p. 69 – grifo nosso).

A exposição de Diosma Martínez Nunes, aluna da Escola Assis Brasil no período, vai ao encontro do relato de José Bacchieri Dutra:

O orgulho e o amor pelo nosso país pautavam nossos atos de civismo, valorizávamos nossos grandes nomes e fatos da nossa história; nossos desfiles da Semana da Pátria eram preparados e idealizados com grande alegria e amor e marchávamos pelas ruas da cidade orgulhosos, ao som das bandas do Colégio Pelotense, projetando sempre no nosso futuro, expectativas grandiosas de participação nos destinos de nossa Pátria (NUNES, 2007, p. 45).

Entre outros mecanismos de promoção do patriotismo destacamos a literatura infantil e os livros didáticos. De acordo com Gomes (2003, p. 118-119) os “livros de histórias” educavam através da imaginação e foram estimulados pelo governo brasileiro, pois, por meio de pesquisa desenvolvida pela Associação Brasileira de Educação, percebeu-se que era esta literatura que despertava interesse nos escolares. Os clubes de leitura e as bibliotecas escolares, formados especialmente por obras que investiam na imaginação, tinham por função estimular o orgulho de ser brasileiro. “Os livros didáticos de leitura foram veículos portadores e transmissores do ideário legitimador do sistema sócio-econômico e político estabelecido no Rio Grande do Sul” e “retrataram, de forma expressiva, os pressupostos da política educacional implementada no país” (CORSETTI; KLAUS; ECOTEN, 2009, p.103). A título de exemplo elegemos o livro “Meu Brasil: livro para a juventude”, de Sérgio Macedo, publicado em 1945. É uma obra de “exaltação patriótica”, como Eurico Gaspar Dutra (1945, p. 11), ministro da Guerra, classifica-o na carta de avaliação do livro, reproduzida no mesmo.

Em “Meu Brasil”, Macedo (1945, p. 43-44) assumiu o eu lírico de um pai que conta ao filho – entusiasmado com a ideia de ser soldado – as histórias das guerras das quais o Brasil participou. O autor preocupa-se em demonstrar as qualidades de Vargas, um amigo das crianças, bom, liberal, tolerante e democrata, seu objetivo seria a felicidade do Brasil. Atribui-lhe a formação de “um sadio sentimento nacionalista” entre a população. O ‘pai’ ensina ao filho: “Aprende a querer bem, meu filho, ao homem bom que nos governa”.

A partir deste discurso percebemos que o culto ao líder não se dava apenas nos eventos públicos, mas, principalmente em atividades cotidianas escolares. Macedo (1945) também se esmera em exaltar as façanhas patrióticas dos brasileiros, mesmo antes de haver Brasil como país, isto é, ainda no período colonial, quando os “heróis” teriam lutado para “defender seu país”. No livro são difundidos o civismo, o patriotismo da mulher brasileira e o caráter católico do povo brasileiro, pois, “o Brasil [...], é um produto da Cruz e da Espada. O Padre e o Soldado construíram a nossa terra”. Explica a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como sendo “para vingar a afronta feita à nossa terra e à nossa bandeira [...] pelos nazistas” ao atacar as embarcações nacionais de comércio em território marítimo brasileiro. O Brasil, então, entrou na luta ao lado de americanos e ingleses, daqueles que buscariam justiça e dignidade para todos. Este fragmento induz ao leitor de *Meu Brasil* crer no “perigo alemão”, uma vez que se apresenta como uma prova factual – histórica – da ameaça deste povo ao Brasil, isto é, “ao meu Brasil”.

A unidade da nação e a ideia de sociedade de massa permeiam o texto. Como no seguinte extrato, sobre a Guerra do Paraguai: “todo o Brasil, como um só homem, se levantou contra o ditador Solano Lopez. Formaram corpos de ‘Voluntários da Pátria’ em todas as províncias” (MACEDO, 1945). Todos coesos em objetivos – defender a pátria –, formando um único corpo.

Ney Brito, Diretor da Seção Administrativa da Diretoria da Instrução Pública, ao convocar os porto-alegrenses a receber os “coloninhos”, afirmava:

Não basta que todos os governantes estejam irmanados por um mesmo ideal e se tenham traçado a mesma diretriz, é mister que todas as classes sociais bem o compreendam [...] vindo a comungar com os governantes do mesmo ideal e auxiliando o poder público na obtenção de seu desideratum que então será um objetivo comum. (BRITO, 1940, p. 52 – grifo nosso)

Visando a que a produção bibliográfica fosse convergente à posição do Estado Brasileiro, houve um esforço do governo em cooptar os intelectuais para montagem da propaganda e censurar as obras. O “livro e a sua utilização como recurso de ensino eram objeto de controle e fiscalização” (BASTOS, 2005, p. 215). Filgueiras (2011, p. 19) observou que as reformas educacionais favoreceram a expansão do mercado editorial de didáticos, portanto, “era preciso regulamentar e padronizar esse instrumento didático”.

A preocupação com os livros antecedeu ao Estado Novo. Ainda em 1936 foi criada a Comissão Nacional de Literatura Infantil, cujas funções eram:

realizar levantamentos sobre a situação desse tipo de produção literária; selecionar livros para serem traduzidos; classificar, por idades, as obras existentes e censurar as perniciosas; organizar um projeto de bibliotecas infantis

e, com destaque, promover o desenvolvimento de uma boa literatura para crianças e jovens (GOMES, 2003, p. 117 – grifo nosso).

No caso da Biblioteca Escolar, o seu Regimento atribuía esta tarefa à professora designada para dirigi-la (REVISTA DO ENSINO, 09/1939, p. 51). Em 1938, o Decreto-Lei 1006 (art. 9) criou a Comissão Nacional do Livro Didático e condicionava a utilização deste, pelas escolas, à autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Os livros didáticos são uma intervenção político-cultural, que enquadra o texto a prescrições estabelecidas anteriormente para leitores imaginados. Ao instituir os temas, a ordem e a forma de ensino, o Estado constituía uma trama que controlava autores e editores mediando sua produção para o público juvenil (FERREIRA, 2008, p. 36).

Na prática, a Comissão Nacional do Livro Didático conferia uma máscara de democracia e cientificidade – afinal as obras seriam analisadas sob um prisma técnico – a uma ação coercitiva. Sua função era condicionar a escola, pública e privada, a adotar os livros compostos da visão oficial, aprovados por ela. Além do Decreto-Lei 1006/38, as leis de nacionalização concorreram para a adoção de obras didáticas com conteúdo nacionalista. A Circular nº 6 da Diretoria de Educação e Saúde Pública de Pelotas determinou às escolas particulares “adotar obras didáticas de português, história e geografia oficiais” (BITTENCOURT, 1939, fl. 113).

Não obstante possamos questionar os resultados concretos da referida Comissão², não podemos negar que ela cumpriu uma função: restringir o número de obras passíveis de acolhimento pelo sistema de ensino às favoráveis ao regime. Principalmente porque uma parcela considerável dos requerimentos não foi avaliada. Até janeiro de 1941 deram entrada na Comissão 1818 livros didáticos, dos quais 19 foram autorizados e 1.321 aguardavam exame (FERREIRA, 2008, 104-105).

Embora o Decreto-Lei 1006/38 especificasse que “os poderes públicos não poderiam determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado” (art.5), a Equiparação e o Decreto-Lei 3010/38 sugeriam as “preferências” do governo. Ambos engessavam as escolas, dentro de um sistema de propaganda do regime e de coerção, a aceitá-lo e reproduzir a brasilidade. Para Ferreira, “os cinco artigos [do Decreto-Lei 1006/38] que limitavam a autorização dos livros, fecharam um quadro em que era praticamente impossível escapar dos

²Para Ferreira (2008, p. 9) a comissão teria sido uma iniciativa frustrada, até certo ponto.

interesses do governo” (2008, p. 44)³. A Equiparação produzia o mesmo efeito, porquanto tornava o Colégio Pedro II o modelo para as escolas secundárias.

De acordo com Filgueiras (2011, p. 51), “dos pareceres da Secção de História [da Comissão Nacional do Livro Didático] encontrados, observou-se que os únicos livros didáticos aprovados foram os de Joaquim Silva, renomado

³Art.20 - Não poderá ser autorizado o uso de livros didáticos:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou as autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela Pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza ao pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento de inutilidade ou desnecessidade, do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Art. 21 - Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo;

Art. 22 - Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional;

Art. 23 - Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei;

Art. 24 - Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa.

autor de manuais escolares do período”. No Ginásio Pelotense, por exemplo, o livro de História adotado era o de Joaquim Silva, como relatou José Bacchieri Duarte (2002, p. 70). Na edição de 1943 de “História do Brasil para o quarto ano Ginásial”, Silva (1943, p. 47) exaltava os heróis nacionais e seus feitos, principalmente o Duque de Caxias, denominado “o pacificador”.

Tangencialmente aos fatos históricos, são descritas as características do povo brasileiro – ao menos as características almeçadas pelo Estado Novo. O brasileiro deveria ser patriota e católico, como Duque de Caxias; astuto como o almirante Barroso⁴. O índio era o selvagem, carente de civilização; já os africanos teriam encontrado no Brasil condições melhores de vida que na África. Joaquim Silva também destacou a ação das mulheres em defesa da Pátria. O autor preocupou-se em explicar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois diante do ataque aos navios brasileiros no Atlântico e “sem resposta aos protestos feitos pela violência que sofríamos, tomou então o governo a resolução de procurar nos bens dos súditos do “Eixo” aqui residentes uma compensação pelos prejuízos que seus submarinos nos causavam” (SILVA, 1943). Então, descreveu que em agosto de 1942:

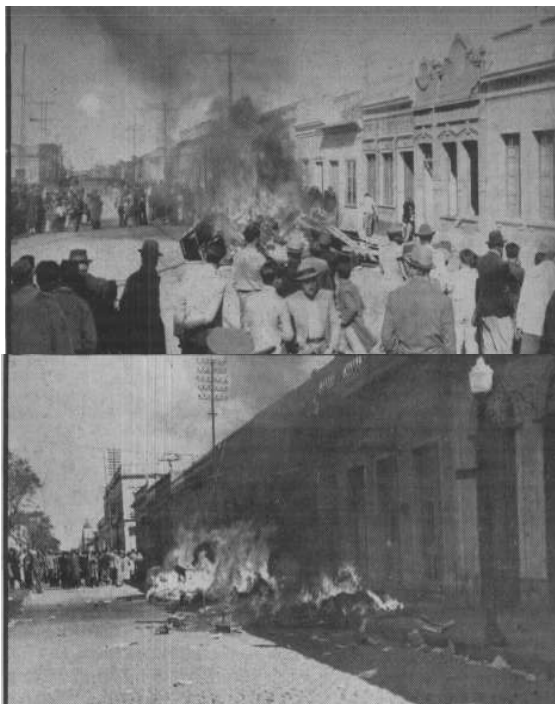
Cinco navios de nossa marinha mercante, navegando em nossas águas [segundo a nota de rodapé, em Sergipe], transportando dum a outro porto do nosso litoral famílias, viajantes e militares, foram brutal e covardemente atacados por submarinos que os puseram a pique. Mais de 600 brasileiros, homens, mulheres, crianças, sucumbiram no inominável atentado. Pela afronta à nossa bandeira e inqualificável ataque à nossa soberania, a alma nacional vibrou indignada, apoiando com vivas demonstrações de patriotismo e atitude digna de governo, que declarou estado de guerra com as nações agressoras (SILVA, 1943, p. 193).

Os textos de Macedo (1945) e Silva (1943) contribuíram para alimentar o preconceito étnico aos teutos. Em Pelotas, especificamente, nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, teuto-brasileiros e suas propriedades foram atacados, igrejas luteranas foram incendiadas. O processo de inculcação de “ameaça alemã”, particularmente pela escola, produziu um contexto de violência especialmente sobre a população pelotense, com ênfase sobre os germanófonos, do qual se destaca o quebra-quebra de 1942, mas nele não se encerra. A imprensa endossava um ódio por parte dos ditos brasileiros contra a população teuta, vinculada indiscriminadamente ao nazismo. Os eventos de agosto de 1942 instalaram o terror no município, condicionando parcela da população a demonstrar uma brasilidade e cultivar ao líder da nação no intento de preservar-se de atos semelhantes.

⁴Barroso teria arremessado seu navio contra embarcações inimigas, durante a Guerra do Paraguai, destruindo-as e, assim, garantiu superioridade ao exército brasileiro, permitindo-lhe impor derrotas ao exército paraguaio (SILVA, 1943, p. 75).

Gigantesca manifestação popular de revolta contra os tiranos do “eixo”.

O povo pelotense deu vazão ao seu ódio contra os sanguinários agressores totalitários, numa das maiores manifestações que Pelotas já assistiu” [...] Ainda as duas horas de hoje, a multidão, enfurecida, percorria as ruas da cidade depredando e arrasando as casas de residências e de comércio de súditos do “eixo”, entre as quais a Marmoraria Loges, a residência de Lindolfo Nieckeke, e outras, também pertencentes a quinta-colunistas (DIÁRIO POPULAR, 19/08/1942).



Imagens do Quebra-Quebra de 1942 em Pelotas. Fonte Revista do Globo, 09/1942.

Abaixo das imagens lê-se:

A POPULAÇÃO PELOTENSE, exaltada, invadiu não apenas casas comerciais de firmas alemãs, mas também hotéis, pequenos estabelecimentos de diversos gêneros e até mesmo residências particulares. Nesta fotografia podem-se ver portas destroçadas, mesas, papéis e colchões, alimentando as chamas.

OUTRA CENA DE PELOTAS. Depois de tudo isso, a população pelotense promoveu outros movimentos: ao receber a notícia de estado de beligerância entre Brasil e os países do Eixo. Nessa ocasião realizou-se um grande desfile feminino, no qual tomavam parte 10.000 mulheres. Pelotas demonstrou, assim,

o espírito altamente patriótico do seu povo e o seu ódio àqueles que atentaram contra nossa soberania.

Os atos de violência cometidos contra alemães e seus descendentes em Pelotas e São Lourenço do Sul tiveram também um fundo econômico (FACHEL, 2002) e a propaganda desenvolvida nas escolas na Era Vargas e, principalmente, durante o Estado Novo estimulou as rivalidades locais entre luso-brasileiros, latifundiários, e teuto-brasileiros, em ascensão econômica.

De acordo com as “Memórias dos Gatos Pelados”, recolhidas por Gonçalves (1988, memória 50, s/p), quando foi afundado o primeiro navio brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial, os alunos do Pelotense entraram em greve e saíram às ruas pedindo guerra. No dia 20 de agosto, o Diário Popular noticiou que “estudantes e trabalhadores de Pelotas saíram às ruas pedindo guerra”.

Embora a documentação citada seja posterior ao quebra-quebra de 1942, ela referenda o episódio. Afinal, como se pode depreender dos textos de Macedo (1945) e Silva (1943), a reação brasileira – do governo e da população – aos afundamentos dos navios nacionais seria uma demonstração de patriotismo, de brasilidade e de defesa da justiça.

A propaganda desenvolvida por meio da escola durante o Estado Novo – a campanha de nacionalização – visava mobilizar a população a demonstrar seu civismo, como o fizeram os “heróis da História Pátria”. Fosse pelas festas escolares e cívicas; pela colaboração com o governo na construção de escolas, por exemplo, ou delatando os descumpridores das leis de nacionalização; fosse saqueando e incendiando o patrimônio material e cultural do “inimigo da pátria” (qualquer germânico poderia ser nazista). Livros, bibliotecas e estímulo à leitura corroboravam para uma educação cívica, tema específico da educação do Estado Novo. A Educação Moral e Cívica permeava todo o processo de ensino (hoje seria classificada como Tema Transversal), como estabelecido pela Reforma Capanema: A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo (DECRETO-LEI 4244/42).

O Decreto 4.244/42 atribuía papel preponderante no ensino cívico e moral à História e à Geografia. As disciplinas de História e Instrução Moral e Cívica tinham como objetivo reforçar os valores nacionais e os sentimentos patrióticos. Com a centralização política nos anos 1930/40, “o ensino de História nas escolas ganhou relevo e importância para os valores que se queria ressaltar no ambiente político e social do momento” (VAZ, 2006, p. 84). Foi produzida toda uma legislação⁵ para tornar obrigatório o ensino de História e

⁵Decreto-Lei 406/38; Decreto 3010/38; Decreto-Lei 1545/39; Decreto-Lei 4244/42.

Geografia nas escolas do país e equipará-lo ao ensino ministrado na capital federal, Rio de Janeiro. A adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros à cultura nacional dar-se-ia através do ensino da língua nacional e da História do Brasil e da incorporação em associações de caráter patriótico. No Rio Grande do Sul, para o ensino da história oficial eram designadas as professoras da nacionalização, que lecionavam Língua Portuguesa, História e Geografia Pátrias e Educação Cívica, como estabeleciam os decretos estaduais 7.212/38 e 7.614/38.

No Estado Novo, pelo ensino de História – e de Geografia – o governo buscava propagar o civismo. A Revista do Ensino (01/1940, p. 70) defendia: “intimamente correlacionado com a história e a geografia pátrias, o civismo deverá tender a despertar interesse pelas coisas da nossa terra, levando a refletir [...] sobre o valor da contribuição pessoal de cada brasileiro, no progresso da nação”. Wanisa Moreira Esteves⁶(2007, p. 36) relatou que “os conteúdos de civismo eram desenvolvidos pela professora de História”, demonstrando o quão o civismo era inerente ao ensino de História.

De acordo com Hobsbawm (2010, p. 17), “a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas. [...] O passado legítimo. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”. A História dava subsídio para a propagação do civismo, durante o Estado Novo, nos livros, nas Comemorações Cívicas, enfim, na propaganda.

a História pátria seria guardiã das referências sobre nação, identidade e poder, sendo um instrumento para a exaltação política e para a propaganda. Os livros didáticos e os livros de leitura para o primário, bem como as cartilhas, glorificavam a nação, por meio dos fatos da História e dos grandes heróis, dentre os quais o próprio Getúlio Vargas (VAZ, 2006, p. 41).

Como parte da agenda das comemorações cívicas, professores deveriam palestrar sobre o significado das festividades patrióticas. As programações destes eventos, divulgadas pela imprensa pelotense, incluía falas também de militares da Brigada Militar e do Exército. Como parte da programação do Dia da Independência no Colégio São José palestrou o professor Paula Alves. O discurso exaltava os grandes vultos nacionais (José Bonifácio de Andrade e Silva, a Família Real e D. Pedro, Felipe dos Santos, Tiradentes): “não basta que o Brasil seja grande, é preciso que também os brasileiros o sejam”, para isso seria necessário praticar os ensinamentos cristãos, aproveitar os recursos e riquezas do Brasil e fortalecer o braço para defender a liberdade (DIÁRIO POPULAR, 09/9/1937)⁷. Dentre as atividades

⁶Aluna da Escola Assis Brasil entre 1938 e 1940.

⁷Considerando que a propaganda antecede a implantação do regime, justificamos a

da Semana da Pátria do Ginásio Santa Margarida de 1938, foi previsto um discurso do Coronel Januário Coelho da Costa (DIÁRIO POPULAR, 06/09/1938). A Portaria de 12 de março de 1941 da Diretoria de Educação de Pelotas (fl. 5), em relação às festas cívicas, estabelecia que o 10 de Novembro, data da promulgação da Constituição Brasileira de 1937, seria comemorado como dia “da fundação do Estado Nacional, devendo o professor fazer a preleção sobre o significado da mesma”.

Para Hobsbawm (2010, p. 285), “o exemplo padrão de uma cultura de identidade que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo”. E foi transformar mitos em História a tarefa de autores como Joaquim Silva (1943) e Sérgio Macedo (1945). Se a Educação Cívica perpassava todo o processo de ensino no Estado Novo, a História Pátria subsidiava este civismo. Ela está no cerne da propaganda nacionalista, forjando o patriotismo e alimentando a ideia de perigo externo. A política educacional inculcava valores que seriam patrióticos, mas neste processo, ela adestrava a população à subordinação acrítica ao Estado ditatorial.

inclusão de um documento anterior à instalação do Estado Novo, que se deu em novembro deste ano.

Fontes

BITTENCOURT, Aristides de Camillie. Circular nº 6 da Diretoria de Educação e Saúde Pública, de 18 de julho de 1939. In: BARROS, José de Albuquerque. **Relatório referente ao exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias**. Pelotas, 1940. fl. 111-113.

BRASIL. **Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938**. Regulamenta o Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacao-1-pe.html>> Acesso em: 02 abr. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.006, de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02 abr. 2011

BRASIL. **Decreto-Lei 1.545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 set. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 abr. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacao-1-pe.html>> Acesso em 12 abr. 2011.

BRITO, Ney. Palestra no dia 29/08/1940. In: LENZI, Branca Regina (org). **Os Coloninhos**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

Diário Popular, 1937-1945.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE PELOTAS. **Portaria de 12 de março de 1941**. (Biblioteca Pública Pelotense – DPM 032)

MACEDO, Sergio D.T. **Meu Brasil**: livro para a juventude. Coleção Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1945.

NUNES, Diosma Martinez. Doces lembranças da minha escola: Assis Brasil. In: AMARAL, Giana Lange do; AMARAL, Gladys Lange do (org). **Instituto**

de Educação Assis Brasil. Entre a memória e a história (1929-2006). Pelotas: Seiva, 2007. p.43-52.

Revista do Ensino, 1937-1945.

Revista do Globo, 1937-1945.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual 7.212, de 8 de abril de 1938. Dispõe sobre o ensino no Rio Grande do Sul. In: SOUZA, J.P. Coelho de. **Relatório apresentado Osvaldo Cordeiro de Farias (1937-1939).** Porto Alegre, 1940.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual 7.614, de 12 de dezembro de 1938.** Provê sobre o ensino primário. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/mem_1938_1943.pdf> Acesso em: 20 jul. 2011.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil para o quarto ano Ginásial.** De acordo com o último programa oficial. São Paulo / Rio de Janeiro / Recife / Belo Horizonte / Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943.

Referências bibliográficas

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942):** o novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

CORSETTI, Berenice; KLAUS, Elisabete Magda; ECOTEN, Márcia Cristina Furtado. Discursos do poder, política educacional e os livros didáticos de leitura no Rio Grande do Sul (1930/1945). In: **História da Educação.** Pelotas v. 13 n. 28 p. 1-292 Maio/Ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acessado em: 3/08/2011. p. 79-104.

DUARTE, José Bacchieri. O espírito de Gato Pelado. In: AMARAL, Giana Lange do (org). **Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense:** entre a memória e a História. 1902-2002. Pelotas: Educat, 2002. p. 69-76.

ESTEVES, Wanisa Moreira. Tempo da gente. In: AMARAL, Giana Lange do; AMARAL, Gladys Lange do (org). **Instituto de Educação Assis Brasil.** Entre a memória e a história (1929-2006). Pelotas: Seiva, 2007.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945),** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Assis, 2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. Tese (doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011

GOMES, Ângela de Castro. As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultura na Era Vargas. **Revista USP**, n° 59, set/out/nov de 2003. p. 116-133. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/10-angela.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2012.

GONÇALVES, Paulo Marcant. **Memórias dos Gatos-Pelados**. Editora e Gráfica da UFPel: Pelotas, 1988.

HOBSBAWM, Eric J.. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAZ, Aline Choucai. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

Abstract: The educational politics of the Estado Novo attributes to History the task to inculcate and propagate nationalism among members of the educational community. This study aimed to understand if this project was developed in schools in Pelotas / RS and through what mechanisms. We use testimonials from former students, textbooks and paradigmatic books, journals, legislation and official documents. We realize that the myths transformed into History justified nationalism and patriotism subsidized which pervaded the other subjects of the pelotense curriculum in Estado Novo. The educational politics inculcated values that would be patriotic, but in the process, she sought to train the population to uncritical subordination to the dictatorial State.

Keywords: New State, teaching history, nationalism
